

Intervenção final Plano e Orçamento Zuraida Soares | Março 2017

Em dois anos, os/as trabalhadores/as dos Açores que ganham o salário mínimo (infelizmente, muitos e muitos milhares), viram aumentados os seus salários, em 55 euros e, nos próximos dois anos - se o Partido Socialista, no Governo da República, não riscar os acordos que fez com o Bloco de Esquerda -, o aumento será de mais 45 euros.

É verdade que não é muito, mas é completamente diferente do que se passou, anos a fio, no passado recente.

A par disso, assistimos, também, ao aumento das prestações sociais, das reformas e a alguma baixa nos impostos.

Bem sabemos que ainda está longe do que é devido a quem trabalha e a quem vive das suas reformas. Mas é bastante diferente do que, há bem pouco tempo, sofreremos: cortes, cortes e mais cortes, como o pão de cada dia.

Foi, exactamente, para inverter a política de miséria do governo PSD/CDS, que o Bloco de Esquerda assinou o compromisso de apoio parlamentar ao governo do Partido Socialista, na República.

Os efeitos deste acordo - na vida de quem trabalha e nos sectores mais pobres da população -, sentem-se, em todo o país e, como é lógico, nos Açores também.

Não tenhamos dúvidas: - sem este acordo (pese, embora, as suas limitações), os referidos efeitos não existiriam.

Basta, apenas, lembrarmo-nos das propostas eleitorais do Partido Socialista, há dois anos atrás: - um corte de 1,2 milhões de euros, nas prestações sociais e a liberalização dos despedimentos, entre outras.

E se dúvidas houvesse, basta recordar o que se passou, com o aumento do salário mínimo, este ano. Ou seja, perante a pressão dos patrões - e porque não podia fugir ao acordo com o Bloco de Esquerda -, logo o governo PS tratou de arranjar



I Grupo Parlamentar I



compensações aos patrões, por conta dos/as trabalhadores/as. Felizmente para estes/as, estas compensações não passaram.

Portanto, a vida provou duas coisas: - que o Bloco de Esquerda foi sério quando disse que estava empenhado em correr com a direita do governo da República; e que, sem o Bloco, com o Partido Socialista a governar sozinho, a melhoria, na vida de quem trabalha ou trabalhou, não teria sido possível. É pouco mais mas não é muito menos!

Ora, foi com este espírito de seriedade, de empenho na defesa de quem trabalha e na criação de vias para um melhor futuro, na nossa Região, que o Bloco de Esquerda/Açores participou, na discussão deste Plano, Orçamento e Orientações de Médio Prazo.

Contudo, cedo se percebeu que o Partido Socialista, para além da retórica, pretendia transformar o debate destes documentos, numa imensa sessão de propaganda.

Atentemos só, nestas pérolas de demagogia:

- Os/as Açorianos/as têm, nos seus bolsos, mais 250 milhões de euros, por ano (por via do diferencial fiscal e dos diversos complementos a salários e prestações sociais), do que teriam se vivessem no continente ou na Madeira;
- Na área da Saúde, o Governo Regional investe, este ano, mais 82 milhões de euros do que no ano de 2011;
- O poder de compra é mais alto, nos Açores, do que em qualquer outra região do país.

Então, vamos à verdade, pois só ela valoriza o debate político.

O diferencial fiscal e os complementos a salários e prestações sociais visam compensar os custos de insularidade. Ora, se o Governo fizesse contas ao facto da inflação, na Região, ser 1 a 1,5% mais alta do que no continente; se fizesse contas ao facto do salário médio, nos Açores, ser cerca de 100 euros mais baixo do que no continente; se fizesse contas aos enormes custos da mobilidade (só para falar em algumas contas), certamente chegaria à conclusão de que a soma, só destes factores,



I Grupo Parlamentar I



ultrapassa, em muito, os 250 milhões de euros de que fala e talvez corasse de vergonha, com a propaganda que anda a difundir.

Quanto ao aumento de 82 milhões de euros, na Saúde, relativamente a 2011, entendamo-nos: por um lado, se estamos mal, imaginem como estaríamos sem este aumento; por outro, o Governo deveria esclarecer que metade deste dinheiro é para pagar juros da dívida do sector, dívida provocada por anos de subfinanciamento.

Quanto ao poder de compra ser, nos Açores, superior a qualquer região do país, aí está a velhinha história da galinha: dividi-la por duas pessoas, não quer dizer que cada uma coma metade da dita. Pode acontecer – e, neste caso, acontece! – que uma delas coma a galinha toda!

Portanto, começar um debate sobre o Plano e Orçamento com este tipo de demagogias e jogo de sombras, até pode fazer boas manchetes de jornais mas...não é sério!

Traz o Governo (como grande bandeira) para este Orçamento, a integração dos precários, na administração regional.

Ainda bem que o faz!

Mas, sendo certo que esta medida - importantíssima para quem trabalha! – poderia ter sido avançada, há um ano atrás, em anterior Orçamento, importa perceber por que não foi.

E cá voltamos nós, mais uma vez, ao acordo do Bloco de Esquerda, com o Partido Socialista, na República: o combate à precariedade (no sector público e no sector privado) é para ser feito a sério.

Dito de outra maneira: - foi a pressão deste processo político, na República, que obrigou a esta decisão do Governo Regional.

Prova disso mesmo é, por um lado, a forma mitigada como o faz e, por outro, como a partir de uma pequena concessão, pretende transformá-la numa enorme campanha publicitária.

Também, na República, o governo do Partido Socialista aceitou que, pelo menos, 20% dos/as professores/as contratados/as passassem para os quadros. Nos Açores, continuarão fora da moldura.

Ainda – e ao contrário do resto do país -, nos Açores, os/as enfermeiros/as iniciam a sua actividade profissional, através do Estagiar L.

Para além da questionável constitucionalidade desta medida, a verdadeira razão esconde-se, por trás do dinheiro que se poupa, objectivamente, com ela. É que estes profissionais ganham cerca de 500 euros a menos, além de que são pagos por fundos europeus, deixando a recato os cofres do Governo Regional.

Nenhum patrão arcaico faria (fará) melhor!

E é, também, por isso que o Governo não aceita uma sensata (e exequível) proposta do Bloco, isto é, não permitir a utilização de programas ocupacionais, enquanto os quadros dos serviços tutelados pelo Governo, não forem preenchidos.

Por tudo isto, penso ser legítimo concluir que, afinal, a tão propalada boa situação financeira da Região não é para ser posta ao serviço de quem trabalha.

Curiosamente – ou não! -, o mesmo não se passa com os patrões.

Neste Orçamento, são anunciadas novas medidas de apoio às empresas, às quais, na generalidade, nada temos a opor. Contudo, defendemos que as mesmas deveriam ter contrapartidas para quem trabalha.

Por isso, propusemos que as empresas apoiadas, com dinheiros públicos, ficassem obrigadas a ter, nos seus quadros, 75% de trabalhadores com contrato sem termo.

Ao invés, o Governo propõe-se dar mais dinheiro ao patronato, para incentivar os contratos sem termo, o mesmo é dizer, para cumprir aquilo que devia ser uma obrigação de responsabilidade social.

Fica, pois, claro que a boa situação financeira da Região só existe para o patronato e que, depois, não chega para os/as trabalhadores/as.



I Grupo Parlamentar I



Mas a discussão deste Orçamento trouxe outra novidade, bastante triste e muito preocupante.

O Partido Socialista fez, na Região, uma imensa campanha, afirmando que um dos principais pilares do nosso desenvolvimento, seriam a investigação, o conhecimento, enfim, a ciência.

Lembramo-nos bem da promessa da iminente concretização do Centro Público de Investigação das Ciências do Mar, no Faial. Esta promessa (feita em tempo eleitoral) foi, aliás, enfatizada, pelo aval do Primeiro-Ministro, de 7 ministros e de 1 secretária de estado que, para o efeito, se deslocaram ao Faial.

Confrontado com uma questão levantada pelo Bloco de Esquerda, sobre esta matéria, o Governo diz que está ainda (sublinho, 'ainda') a "reflectir".

Aqui, só há duas hipóteses (e lamento ter que o dizer): - ou o Governo fez uma promessa que não tinha estudado - mas lhe deu jeito, para lucro eleitoral -, ou o Governo iludiu, deliberadamente, os/as Açorianos/as.

E, como se este mau sinal não chegasse (numa área tão fundamental para o nosso futuro colectivo), o orçamento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia é, na realidade, menor do que o do ano passado, atentas as novas valências que passou a integrar.

Finalmente, a discussão deste Orçamento revelou uma nova atitude do Governo Regional face ao Governo da República.

É indiscutível que a República está em falta para com a Região; está em falta, no que diz respeito à política do mar; está em falta, na qualidade dos serviços de soberania que, aqui, presta; está em falta, quanto aos radares meteorológicos; está em falta, quanto ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada. Em suma, são demasiadas faltas para serem esquecidas.

E a estas acresce uma outra, considerada pelo Presidente do Governo Regional "um atentado à Autonomia", a saber, a actual Lei de Finanças Regionais que retira à Região cerca de 70 milhões de euros por ano.

Voltar à lei de 2010 é uma necessidade e uma exigência. Porém, aquilo que há três anos atrás era “um atentado à Autonomia”, hoje parecer ser uma coisa normal.

O que é que mudou, então?

O que mudou foi o Governo da República, hoje, do Partido Socialista. Lá vai, pelo mar abaixo, a entoada consigna "os Açores primeiro"!

A análise das Orientações de Médio Prazo, do Orçamento e do Plano, mostra que o Governo Regional não tem um plano para transformar os Açores, numa economia moderna e robusta; mostra que não cumpre as suas promessas eleitorais mais emblemáticas e mais positivas para o futuro dos Açores; e mostra que tem prioridades erradas.

Por tudo isto – e o mais que fica por assinalar -, não podemos acompanhar o Partido Socialista nestes documentos.

Horta, 16 de Março de 2017